

RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Trata-se de impugnação ao edital da **Pregão Eletrônico nº 001/2026-PMI**, cujo objeto é o Registro de Preços para futura aquisição de material permanente, **INTERPOSTA** pela empresa **M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP**, inscrita no CNPJ. nº 31.499.939/0001-76.

1 - DA ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, cumpre registrar e transcrever o contido no **item XVII e seus subitens**, do Edital:

XVII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

*17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail **licitacao@itarana.es.gov.br**, com cópia para **cplitarana@gmail.com**.*

a) CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, devendo informar o e-mail e o telefone para contato;

b) Procuração (quando for o caso);

c) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica.

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

17.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

A sessão de abertura foi marcada para o dia **13/02/2026**, às **09h00min**, conforme publicações do aviso de licitação em **30/01/2026**, constantes nos autos do processo, sendo contados e respeitados os **08 (oito) dias úteis** para a modalidade Pregão, para aquisição de bens, conforme letra "a", inciso I do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

A impugnação foi apresentada no dia **09/02/2026**, registrado recebimento às **13h06m**, por meio do Portal de Compras Públicas: ou seja, dentro do prazo estipulado no edital, portanto, **TEMPESTIVA**.

Inicialmente, cumpre registrar que o documento apresentado pela empresa **M.K.R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP**, inscrita no CNPJ nº 31.499.939/0001-76, encontra-se emitido em nome de outra pessoa jurídica, qual seja, **K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP**, inscrita no CNPJ nº 21.971.041/0001-03, sem que tenha sido juntado qualquer instrumento hábil que comprove a outorga de poderes de representação entre as referidas empresas.

Tal inconsistência compromete a regularidade formal do documento apresentado, por ausência de comprovação de legitimidade para representação.

A ausência de comprovação da outorga de poderes de representação entre as referidas empresas compromete a legitimidade da subscrição da impugnação, o que, a princípio, impede o seu regular recebimento e eventual provimento. Não obstante, tal circunstância não obsta a análise de ofício das questões suscitadas, em atenção ao interesse público e em respeito ao disposto no art. 5º, inciso XXXIV, alínea "a", da Constituição da República, que assegura o direito de petição, razão pela qual será formalizada manifestação quanto ao teor da impugnação apresentada.

2 - DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE E PEDIDO

Análise do documento de Impugnação (K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP)

A empresa argumenta que o descritivo do Edital (Lote 20) refere-se a balanças

de uso doméstico, o que seria inadequado para um órgão público. Sustenta que:

- a) A certificação do **INMETRO** é obrigatória para qualquer pesagem humana em estabelecimentos de saúde ou órgãos públicos.
- b) O valor estimado (R\$ 157,66) seria **inexequível** para um produto profissional certificado.
- c) A aquisição de produtos sem selo INMETRO configura infração legal e risco à segurança do cidadão.

3 - DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO.

De pronto, é importante destacar que os atos praticados pela Administração em seus procedimentos licitatórios, obrigatoriamente, devem ser pautados pelos princípios da isonomia e da legalidade. Nesse sentir, a realização do certame atende aos princípios licitatórios.

Ademais, o Edital foi previamente cancelado pela Assessoria Jurídica, o que demonstra zelo pelo cumprimento da legislação vigente e princípios que regem os atos da Administração Pública.

Por se tratar de questão de ordem técnica, este Agente de Contratação solicitou manifestação da área competente no âmbito deste Município, junto ao administrativo da **Secretaria Municipal de Administração e Finanças** (unidade administrativa responsável pela elaboração dos documentos iniciais de Planejamento), através da Comissão de Planejamento das Contratações (Portaria municipal 1493/2024 e 1494/2024), **apensos ao final deste relatório.**

Análise das Respostas Técnicas

As secretarias demandantes apresentaram visões divergentes sobre a necessidade do equipamento:

SEDECULT (Desporto, Cultura e Turismo): Defende a manutenção do edital original. Argumenta que o uso é "institucional não clínico" e meramente "auxiliar

e orientativo", não exigindo controle metrológico legal do INMETRO. Afirma que o valor estimado é compatível com o mercado para uso não especializado.

SEMED (Educação): Concorde com a impugnação. Informa que as balanças serão usadas para o monitoramento nutricional e de saúde dos estudantes, o que exige alta precisão e confiabilidade. Sugere a alteração do descritivo para "balança digital portátil de uso profissional" com certificação INMETRO/IPEM e garantia de 12 meses.

Embora a SEDECULT alegue uso meramente orientativo, a finalidade apontada pela SEMED (monitoramento nutricional e saúde escolar) enquadra-se claramente na exigência legal de instrumentos verificados pelo INMETRO para garantir a fidedignidade dos resultados.

A **Portaria INMETRO nº 157/2022** estabelece, em seu Art. 1º, § 1º, alínea "d", que o controle metrológico é obrigatório para a "determinação da massa na prática de profissionais da área da saúde no que concerne à pesagem de pacientes por razões de controle, de diagnóstico e de tratamento".

O monitoramento nutricional e de crescimento de alunos não é uma "pesagem doméstica". Trata-se de **acompanhamento de saúde e desenvolvimento**.

A utilização do equipamento para monitoramento nutricional e avaliação do desenvolvimento físico dos estudantes enquadra-se no Art. 1º, § 1º, alínea 'd' da Portaria INMETRO nº 157/2022, que exige o controle metrológico legal para instrumentos utilizados na prática de profissionais da saúde ou em ações de diagnóstico e monitoramento de condições biológicas.

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) esclarece que as balanças se destinam ao monitoramento do estado nutricional dos alunos, provavelmente vinculada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa Saúde na Escola (PSE). A utilização de equipamentos de natureza doméstica (sem certificação INMETRO/IPEM) para tais fins compromete a fidedignidade dos índices de Massa Corporal (IMC) coletados, podendo gerar diagnósticos de saúde equivocados e relatórios técnicos nulos. Portanto, a exigência de equipamento profissional com controle metrológico legal não é mera preferência, mas estrito

cumprimento da **Portaria INMETRO nº 157/2022**, que torna obrigatória a verificação para fins de diagnóstico e tratamento de saúde.

Assim, a necessidade da SEMED deve prevalecer sobre a SEDECULT porque o uso na Educação é **finalístico e técnico** (saúde do aluno), enquanto na Cultura/Desporto o uso é meramente **estimativo**. Como o edital é único, deve prevalecer a especificação que atende ao rigor da lei (INMETRO), sob pena de a Prefeitura adquirir um produto que não pode ser legalmente utilizado para fins de saúde/diagnóstico.

Quanto ao mérito da exigência, tratando-se de matéria de ordem técnica, limito-me a acolher a manifestação da unidade demandante.

4 DA DECISÃO

Trata-se de impugnação ao edital onde se questiona a ausência de exigência de certificação INMETRO para as balanças do Lote 20 e a possível inexecutabilidade do preço.

ADMISSIBILIDADE E PRELIMINAR: Compulsando os autos, verifica-se uma irregularidade na representação da peticionária. A impugnação foi apresentada por uma empresa, fazendo referência a outra no corpo do texto, sem a devida juntada de instrumento de procuração ou contrato social que demonstre o vínculo entre ambas. **Ante a ausência de comprovação da outorga de poderes de representação entre as referidas empresas**, a peça carece de pressuposto de admissibilidade formal. Todavia, em atenção ao Princípio da Autotutela Administrativa e ao Princípio da Legalidade, passo à análise do mérito, uma vez que os apontamentos versam sobre o interesse público e a conformidade legal do edital.

MÉRITO: No mérito, assiste razão à impugnante. Restou demonstrado, através da manifestação técnica da SEMED, que o objeto descrito originalmente no Lote 20 (balança de uso doméstico) é incompatível com a finalidade pública pretendida (monitoramento nutricional escolar). A ausência de exigência do selo INMETRO e a subestimação do valor de mercado para equipamentos profissionais configuram vício no planejamento do lote, ferindo os princípios da eficácia e da segurança

jurídica.

DA OPÇÃO PELA EXCLUSÃO: Considerando que a alteração do descritivo e o necessário refazimento da pesquisa de preços demandariam a suspensão total do certame e a reabertura de prazos, e visando não prejudicar o andamento dos demais itens essenciais à administração:

VOTO:

Diante do exposto, decido pelo PROVIMENTO da impugnação para:

- a) Determinar o CANCELAMENTO (EXCLUSÃO) do Lote 20 do Pregão Eletrônico nº 001/2026**, a fim de evitar prejuízos ao erário, erro no objeto e nulidades futuras. O setor requisitante deverá proceder à readequação do Termo de Referência (especificando balanças de uso profissional com certificação INMETRO/IPEM) e à realização de nova pesquisa mercadológica para posterior contratação em certame apartado ou mediante adendo, se for o caso.

PROSSEGUIMENTO: O certame deverá prosseguir normalmente em relação aos demais itens e lotes remanescentes, sem necessidade de suspensão do calendário original, visto que a exclusão do lote em questão é medida autônoma e não altera a formulação das propostas dos demais participantes para os outros itens.

É como decido

Itarana/ES, 03 de março de 2026

MARCELO RIGO MAGNAGO

Agente de Contratação

Portaria nº 070/2025



Fwd: Re: Fwd: Impugnação 2 – Pregão Eletrônico N° 001/2026–PMI



De Comissão de Planejamento das Contratações – Itarana/ES
<cpc@itarana.es.gov.br>

Para Licitações – Itarana ES <licitacao@itarana.es.gov.br>

Data 10/02/2026 14:45

 RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO (CPC).pdf (~194 KB)

Ao Setor de Licitações,

Encaminha-se, para ciência e adoção das providências cabíveis no âmbito do Pregão Eletrônico nº 001/2026, a manifestação técnica apresentada pela Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo (Sedecult), referente ao pedido de impugnação formulado por licitante em relação ao item *BALANÇA DIGITAL CORPORAL – CAPACIDADE MÍNIMA 150KG (Lote 00020)*.

Na manifestação encaminhada, a Sedecult consignou, em síntese, os seguintes pontos técnicos:

1. Finalidade e tipo de uso

O item destina-se ao uso institucional não clínico, voltado a atividades de apoio administrativo, educacional, esportivo e pedagógico, sem finalidade diagnóstica, médica, pericial, comercial ou regulatória, não produzindo efeitos jurídicos ou financeiros para terceiros.

2. Certificação metrológica (INMETRO)

Informou-se que, para a finalidade pretendida, não há exigência técnica ou normativa que imponha certificação metrológica obrigatória pelo INMETRO, uma vez que o equipamento será utilizado como instrumento auxiliar e orientativo, não se caracterizando como equipamento sujeito a controle metrológico legal.

3. Adequação das especificações técnicas

A Sedecult registrou que as especificações técnicas constantes no Termo de Referência são suficientes, adequadas e proporcionais ao uso institucional pretendido, atendendo às necessidades das Secretarias demandantes, sem prejuízo à funcionalidade ou à segurança operacional.

4. Competitividade e custo

Pontuou-se que a eventual inclusão de exigências técnicas adicionais, como certificação metrológica obrigatória ou elevação do padrão técnico, poderia restringir a competitividade do certame e onerar indevidamente a contratação, sem ganho funcional compatível com o interesse público.

5. Compatibilidade do valor estimado

A Secretaria manifestou entendimento de que o valor unitário estimado de R\$ 157,66 é compatível com o nível técnico especificado e com os preços praticados no mercado para equipamentos de uso institucional não especializado.

6. Instalação e riscos operacionais

Registrou-se que o item não demanda instalação técnica especializada, calibração oficial ou testes técnicos específicos, sendo suficiente o fornecimento físico do equipamento, bem como que não foram identificados riscos funcionais relevantes com a manutenção da descrição técnica atual.

7. Conclusão da unidade demandante

A Sedecult concluiu pela manutenção integral da descrição técnica do item, entendendo que esta atende ao interesse público, às necessidades institucionais das Secretarias demandantes e aos princípios da Lei nº 14.133/2021, não vislumbrando necessidade de alteração do edital ou acolhimento da impugnação apresentada.

Diante disso, remete-se a referida manifestação técnica para subsidiar a elaboração da resposta administrativa à impugnação, no âmbito das atribuições desse Setor de Licitação.

Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Breno Fiorotti Mauri | Presidente da CPC
Alex Sander Casagrande Hanstenreiter | Membro da CPC

Portaria nº 1.494/2024
Prefeitura Municipal de Itarana/ES



----- Mensagem original -----

Assunto:Re: Fwd: Impugnação 2 - Pregão Eletrônico Nº 001/2026-PMI
Data:10/02/2026 09:13
De:SEDECULT - PM Itarana ES <sedecult@itarana.es.gov.br>
Para:Comissão de Planejamento das Contratações - Itarana/ES <cpc@itarana.es.gov.br>

Segue em anexo a resposta de Impugnação referente ao item BALANÇA DIGITAL CORPORAL – CAPACIDADE MÍNIMA 150KG.

Att;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO.

Em 09/02/2026 16:28, Comissão de Planejamento das Contratações - Itarana/ES escreveu:

Prezados(as) Senhores(as),

Em atenção ao pedido de esclarecimento/impugnação apresentado pela empresa licitante no âmbito do certame vigente, referente ao item BALANÇA DIGITAL CORPORAL – CAPACIDADE MÍNIMA 150KG (Lote 00020), a Comissão de Planejamento das Contratações (CPC), na condição de unidade responsável pelo planejamento e feição/consolidação do Termo de Referência (Edital), vem formalizar o presente encaminhamento para ciência, análise técnica e manifestação das Secretarias demandantes, quais sejam, Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo (Sedecult) e Secretaria Municipal de Educação (Semed).

A impugnação foi apresentada por licitante sob o argumento de que o item em questão, conforme descrito no edital, poderia demandar exigências técnicas adicionais, especialmente no que se refere à necessidade de certificação metrológica (INMETRO), à adequação do nível técnico do produto à finalidade institucional, bem como à compatibilidade entre as especificações técnicas e o valor unitário estimado.

A empresa sustenta, em síntese, que:

- O item poderia estar enquadrado **como equipamento sujeito a controle metrológico**;
- A eventual exigência de **certificação poderia impactar a exequibilidade do preço** estimado;
- A **finalidade de uso institucional** poderia demandar padrão técnico distinto daquele usualmente aplicado a balanças de uso comum;
- Seria necessário **maior clareza quanto ao nível de exigência técnica compatível com o interesse público**.

Diante disso, faz-se necessária a manifestação técnica das Secretarias que requisitaram o item e que detêm domínio funcional sobre sua utilização final, a fim de subsidiar resposta formal à impugnação, preservando os princípios da legalidade, motivação, eficiência, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Lote: 00020 – EXCLUSIVO

Item: BALANÇA DIGITAL CORPORAL – CAPACIDADE MÍNIMA 150KG

Código: 00018 / 00043456

Unidade: UND

Quantidade total: 15 unidades

Valor unitário estimado: R\$ 157,66

Valor total estimado do lote: R\$ 2.364,90

Descrição técnica do edital:

- Capacidade/divisão: 150kg / 100g;
- Vidro temperado mínimo de 6mm;
- Dimensões mínimas da plataforma: 28cm x 28cm;
- Visor de cristal líquido;
- Acionamento automático ao subir;
- Desligamento automático;
- Zeragem automática;
- Indicador de excesso de peso;
- Sensor de alta capacidade e sensibilidade;
- Indicador de bateria fraca;
- Alimentação por bateria CR2032 inclusa.

O Termo de Referência estabelece, entre outros pontos:

- **Fornecimento parcelado por demanda**, mediante Autorização de Fornecimento (AF);
- **Entrega centralizada** no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Itarana/ES;
- **Responsabilidade da contratada pelo transporte, descarregamento e manuseio**;
- Cláusula de **instalação “quando aplicável”**, não automática para todos os itens;
- Recebimento provisório e definitivo, com **possibilidade de rejeição por não conformidade**;
- **Garantia mínima de 12 meses** e responsabilidade por vícios, defeitos ou desconformidades;
- Possibilidade de exigência de certificações técnicas somente **quando expressamente aplicável**.

A resposta administrativa dependerá de manifestação técnica quanto aos seguintes pontos:

1. **Finalidade institucional do item no âmbito da Sedecult e da Samed**;
2. **Tipo de uso pretendido (administrativo, educacional, operacional, clínico ou correlato)**;

3. Se a balança será utilizada para controle interno, apoio a atividades pedagógicas, monitoramento de usuários, programas institucionais ou outras finalidades específicas;
4. Se, para a finalidade pretendida, há necessidade técnica ou normativa de certificação metrológica (INMETRO);
5. Se o nível técnico atualmente descrito no edital é suficiente, adequado ou insuficiente para o uso pretendido;
6. Se eventual elevação do padrão técnico impactaria a competitividade ou o custo do item;
7. Se o valor unitário estimado é compatível com o nível técnico necessário à atividade da Secretaria;
8. Se o item exige instalação, calibração, teste técnico especializado ou apenas fornecimento físico;
9. Se há riscos funcionais ou operacionais caso o item permaneça com as especificações atuais;
10. Se a manutenção da descrição vigente atende ao interesse público e à efetiva necessidade institucional.

O presente e-mail visa subsidiar tecnicamente a resposta oficial à impugnação, assegurando que o posicionamento da Administração esteja:

- Tecnicamente fundamentado;
- Alinhado às reais necessidades das Secretarias demandantes;
- Compatível com os princípios da Lei nº 14.133/2021;
- Amparado em motivação formal, adequada e suficiente.

Solicita-se, portanto, que a Sedecult e a Semed encaminhem manifestação técnica objetiva acerca dos pontos acima, indicando.

O retorno é essencial para a elaboração da resposta formal à licitante e a deliberação administrativa quanto à manutenção, ajuste ou ratificação do edital.

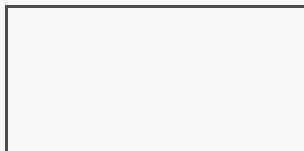
Segue anexo formalização de pedido de impugnação ao edital.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

At.te.

Breno Fiorotti Mauri | Presidente da CPC
Alex Sander Casagrande Hanstenreiter | Membro da CPC

Portaria nº 1.494/2024
Prefeitura Municipal de Itarana/ES



----- Mensagem original -----

Assunto: Impugnação 2 - Pregão Eletrônico N° 001/2026-PMI
Data: 09/02/2026 15:21
De: licitacao@itarana.es.gov.br
Para: Comissão de Planejamento das Contratações <cpc@itarana.es.gov.br>

Boa tarde!

Informo que foi recebido pedido de Impugnação ao Edital, pela empresa **M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIREL - CNPJ: 31.499.939/0001-76** .

Por se tratar de ordem técnica encaminho este e-mail para conhecimento, análise e subsídios formais aos responsáveis pela elaboração dos documentos iniciais de planejamento, para a devida decisão e resposta para a empresa.

Solicito retorno até o expediente do dia **10/02/2026 as 15h00min.**

No silêncio, o mesmo será suspenso dia **10/02/2025 as 15h15min.**

IMPUGNAÇÃO 2

IMPUGNAÇÃO - INMETRO PREÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA - PE 001.2026

IMPUGNAÇÃO EM ANEXO

Atenciosamente,

MARCELO RIGO MAGNAGO
Pregoeiro e Agente Contratação
Prefeitura Municipal de Itarana/ES
Contatos: (27) 3720-4605 - Fixo / PMI
Celular: (27) 99705-0575
E-mails:
licitacao@itarana.es.gov.br
cplitarana@gmail.com



Fwd: Re: Fwd: Impugnação 2 – Pregão Eletrônico N° 001/2026–PMI



De Comissão de Planejamento das Contratações – Itarana/ES
<cpc@itarana.es.gov.br>

Para Licitações – Itarana ES <licitacao@itarana.es.gov.br>

Data 11/02/2026 10:38

 BALANÇA DIGITAL.pdf (~152 KB)

Para conhecimento e adoção das providências cabíveis no âmbito da resposta à impugnação do item “*Balança Digital Corporal – Capacidade mínima 150 kg (Lote 00020)*”, a manifestação técnica apresentada pela Secretaria Municipal de Educação (Semed).

Em síntese, a Semed informou que a finalidade institucional do equipamento está associada ao acompanhamento do crescimento, desenvolvimento e condições de saúde dos estudantes, com uso voltado ao monitoramento nutricional, elaboração de relatórios institucionais e apoio a ações nas áreas de alimentação escolar, educação física e promoção da qualidade de vida.

Quanto às especificações técnicas, a Secretaria sugeriu a adoção de descritivo mais detalhado para balança digital portátil de uso profissional, com capacidade mínima entre 150 kg e 200 kg, precisão máxima de 100 g, visor em LCD, funções essenciais (incluindo pesagem padrão e função mamãe-bebê), plataforma resistente, pés antiderrapantes, alimentação por pilhas, garantia mínima de 12 meses, manual em português e bolsa para transporte.

No tocante à certificação metrológica, a Semed manifestou entendimento de que a verificação e aprovação pelo INMETRO/IPEM são necessárias para assegurar a confiabilidade, precisão e segurança das medições, destacando a relevância desse requisito para o contexto escolar e para o adequado acompanhamento da saúde dos alunos.

A Secretaria também apontou eventuais riscos funcionais e operacionais relacionados a medições imprecisas, uso inadequado, falhas de calibração, desgaste do equipamento e riscos de acidentes, ressaltando a importância de manutenção, orientação de uso e observância das capacidades técnicas do produto.

Sobre o impacto na competitividade, a Semed reconheceu que a exigência de certificação e padrões técnicos pode reduzir o universo de fornecedores, mas avaliou que tais requisitos elevam o nível técnico do certame e contribuem para a aquisição de equipamentos mais confiáveis, seguros e adequados à finalidade institucional.

Diante disso, encaminha-se a manifestação para subsidiar a análise do Setor de Licitações quanto à resposta administrativa à impugnação e à eventual manutenção ou ajuste das exigências técnicas previstas no edital.

Breno Fiorotti Mauri | Presidente da CPC

Alex Sander Casagrande Hanstenreiter | Membro da CPC

Portaria n° 1.494/2024

Prefeitura Municipal de Itarana/ES



----- Mensagem original -----

Assunto:Re: Fwd: Impugnação 2 - Pregão Eletrônico Nº 001/2026-PMI

Data:11/02/2026 10:04

De:SEMED - PM Itarana ES <semed@itarana.es.gov.br>

Para:Comissão de Planejamento das Contratações - Itarana/ES <cpc@itarana.es.gov.br>

Bom dia!

Segue respostas sobre BALANÇA.

Em 10/02/2026 14:35, Comissão de Planejamento das Contratações - Itarana/ES escreveu:

Em atenção à manifestação encaminhada por essa Secretaria acerca do pedido de impugnação referente ao item *BALANÇA DIGITAL CORPORAL – CAPACIDADE MÍNIMA 150KG (Lote 00020)*, registra-se que a Comissão de Planejamento das Contratações (CPC) havia solicitado manifestação técnica abrangente, voltada, especialmente, aos seguintes aspectos:

- finalidade institucional do item;
- tipo de uso pretendido;
- necessidade normativa ou técnica de certificação metrológica (INMETRO);
- adequação das especificações técnicas constantes no edital;
- compatibilidade entre o nível técnico do produto e o valor unitário estimado;
- eventuais riscos funcionais ou operacionais;
- impacto das exigências na competitividade do certame.

Entretanto, a resposta apresentada por essa Secretaria limitou-se à análise do selo do INMETRO, sem enfrentar os demais pontos técnicos e econômicos suscitados, o que inviabiliza, no momento, a formação de juízo administrativo suficientemente motivado para deliberação sobre a impugnação.

Destaca-se, ainda, que a manifestação não:

- **esclareceu se o edital exige formalmente o selo do INMETRO ou se a certificação é apenas recomendável;**
- **avaliou se eventual exigência é juridicamente necessária ou facultativa;**
- **analisou o impacto da exigência no valor unitário estimado (R\$ 157,66);**
- **abordou a finalidade institucional, o tipo de uso, os riscos funcionais, a proporcionalidade técnica e o impacto na competitividade;**
- **apresentou motivação técnica concreta quanto ao padrão mínimo aceitável para atendimento ao interesse público.**

Nessas condições, a manifestação atualmente apresentada mostra-se incompleta, genérica, não conclusiva e insuficiente para embasar decisão administrativa segura quanto ao acolhimento ou indeferimento da impugnação, nos termos dos princípios da motivação,

razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, conforme a Lei nº 14.133/2021.

Diante disso, solicita-se, com a devida urgência, o encaminhamento de manifestação técnica complementar, contemplando objetivamente os pontos acima elencados. O encaminhamento de retorno deve acontecer até o expediente do dia **10/02/2026, às 15h00min**. Na ausência de manifestação dentro do prazo estabelecido, o trâmite do processo será **suspenso em 10/02/2026, às 15h15min**, para adoção das providências administrativas cabíveis.

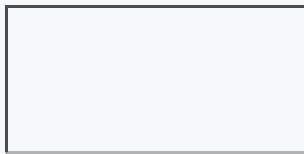
O retorno é essencial para viabilizar a resposta formal à licitante e assegurar a segurança jurídica, técnica e administrativa do certame.

Breno Fiorotti Mauri | Presidente da CPC

Alex Sander Casagrande Hanstenreiter | Membro da CPC

Portaria nº 1.494/2024

Prefeitura Municipal de Itarana/ES



Em 10/02/2026 09:56, SEMED - PM Itarana ES escreveu:

Bom dia!

Prezados,

Em atenção à impugnação apresentada referente à ausência do selo do INMETRO, informamos que o referido selo pode ser devidamente colocado, não havendo impedimento quanto ao atendimento dessa exigência.

Ressaltamos que a adoção do selo do INMETRO na aquisição de balanças para peso corporal é recomendável por assegurar que o equipamento atenda aos requisitos de qualidade, segurança e precisão metrológica estabelecidos pelos regulamentos técnicos vigentes, garantindo maior confiabilidade nas medições e reduzindo riscos de resultados imprecisos que possam comprometer avaliações e procedimentos.

Dessa forma, a irregularidade mencionada é solucionada, permanecendo o atendimento às exigências previstas.

Atenciosamente,

Secretaria Municipal de Educação

Em 09/02/2026 16:28, Comissão de Planejamento das Contratações - Itarana/ES escreveu:

Prezados(as) Senhores(as),

Em atenção ao pedido de esclarecimento/impugnação apresentado pela empresa licitante no âmbito do certame vigente, referente ao item BALANÇA DIGITAL CORPORAL – CAPACIDADE MÍNIMA 150KG (Lote 00020), a Comissão de Planejamento das Contratações (CPC), na condição de unidade responsável pelo planejamento e feição/consolidação do Termo de Referência (Edital), vem formalizar o presente encaminhamento para ciência, análise técnica e manifestação das Secretarias demandantes, quais sejam, Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo (Sedecult) e Secretaria Municipal de Educação (Semed).

A impugnação foi apresentada por licitante sob o argumento de que o item em questão, conforme descrito no edital, poderia demandar exigências técnicas adicionais, especialmente no que se refere à necessidade de certificação metrológica (INMETRO), à adequação do nível técnico do produto à finalidade institucional, bem como à compatibilidade entre as especificações técnicas e o valor unitário estimado.

A empresa sustenta, em síntese, que:

- O item poderia estar enquadrado **como equipamento sujeito a controle metrológico**;
- A eventual exigência de **certificação poderia impactar a exequibilidade do preço** estimado;
- A **finalidade de uso institucional** poderia demandar padrão técnico distinto daquele usualmente aplicado a balanças de uso comum;
- Seria necessário **maior clareza quanto ao nível de exigência técnica compatível com o interesse público**.

Diante disso, faz-se necessária a manifestação técnica das Secretarias que requisitaram o item e que detêm domínio funcional sobre sua utilização final, a fim de subsidiar resposta formal à impugnação, preservando os princípios da legalidade, motivação, eficiência, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Lote: 00020 – EXCLUSIVO

Item: BALANÇA DIGITAL CORPORAL – CAPACIDADE MÍNIMA 150KG

Código: 00018 / 00043456

Unidade: UND

Quantidade total: 15 unidades

Valor unitário estimado: R\$ 157,66

Valor total estimado do lote: R\$ 2.364,90

Descrição técnica do edital:

- Capacidade/divisão: 150kg / 100g;
- Vidro temperado mínimo de 6mm;
- Dimensões mínimas da plataforma: 28cm x 28cm;
- Visor de cristal líquido;
- Acionamento automático ao subir;
- Desligamento automático;
- Zeragem automática;
- Indicador de excesso de peso;
- Sensor de alta capacidade e sensibilidade;
- Indicador de bateria fraca;
- Alimentação por bateria CR2032 inclusa.

O Termo de Referência estabelece, entre outros pontos:

- **Fornecimento parcelado por demanda**, mediante Autorização de Fornecimento (AF);
- **Entrega centralizada** no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Itarana/ES;
- **Responsabilidade da contratada pelo transporte, descarregamento e manuseio**;
- Cláusula de **instalação “quando aplicável”**, não automática para todos os itens;
- Recebimento provisório e definitivo, com **possibilidade de rejeição por não conformidade**;
- **Garantia mínima de 12 meses** e responsabilidade por vícios, defeitos ou desconformidades;

- Possibilidade de exigência de certificações técnicas somente **quando expressamente aplicável**.

A resposta administrativa dependerá de manifestação técnica quanto aos seguintes pontos:

1. Finalidade institucional do item no âmbito da Sedecult e da Semed;
2. Tipo de uso pretendido (administrativo, educacional, operacional, clínico ou correlato);
3. Se a balança será utilizada para controle interno, apoio a atividades pedagógicas, monitoramento de usuários, programas institucionais ou outras finalidades específicas;
4. Se, para a finalidade pretendida, há necessidade técnica ou normativa de certificação metrológica (INMETRO);
5. Se o nível técnico atualmente descrito no edital é suficiente, adequado ou insuficiente para o uso pretendido;
6. Se eventual elevação do padrão técnico impactaria a competitividade ou o custo do item;
7. Se o valor unitário estimado é compatível com o nível técnico necessário à atividade da Secretaria;
8. Se o item exige instalação, calibração, teste técnico especializado ou apenas fornecimento físico;
9. Se há riscos funcionais ou operacionais caso o item permaneça com as especificações atuais;
10. Se a manutenção da descrição vigente atende ao interesse público e à efetiva necessidade institucional.

O presente e-mail visa subsidiar tecnicamente a resposta oficial à impugnação, assegurando que o posicionamento da Administração esteja:

- Tecnicamente fundamentado;
- Alinhado às reais necessidades das Secretarias demandantes;
- Compatível com os princípios da Lei nº 14.133/2021;
- Amparado em motivação formal, adequada e suficiente.

Solicita-se, portanto, que a Sedecult e a Semed encaminhem manifestação técnica objetiva acerca dos pontos acima, indicando.

O retorno é essencial para a elaboração da resposta formal à licitante e a deliberação administrativa quanto à manutenção, ajuste ou ratificação do edital.

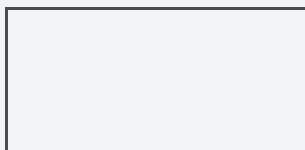
Segue anexo formalização de pedido de impugnação ao edital.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

At.te.

Breno Fiorotti Mauri | Presidente da CPC
Alex Sander Casagrande Hanstenreiter | Membro da CPC

Portaria nº 1.494/2024
Prefeitura Municipal de Itarana/ES



----- Mensagem original -----

Assunto: Impugnação 2 - Pregão Eletrônico Nº 001/2026-PMI

Data:09/02/2026 15:21

De:licitacao@itarana.es.gov.br

Para:Comissão de Planejamento das Contratações <cpc@itarana.es.gov.br>

Boa tarde!

Informo que foi recebido pedido de Impugnação ao Edital, pela empresa **M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIREL - CNPJ: 31.499.939/0001-76** .

Por se tratar de ordem técnica encaminho este e-mail para conhecimento, análise e subsídios formais aos responsáveis pela elaboração dos documentos iniciais de planejamento, para a devida decisão e resposta para a empresa.

Solicito retorno até o expediente do dia **10/02/2026 as 15h00min.**

No silêncio, o mesmo será suspenso dia **10/02/2025 as 15h15min.**

IMPUGNAÇÃO 2

IMPUGNAÇÃO - INMETRO PREÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA - PE 001.2026

IMPUGNAÇÃO EM ANEXO

Atenciosamente,

MARCELO RIGO MAGNAGO
Pregoeiro e Agente Contratação
Prefeitura Municipal de Itarana/ES
Contatos: (27) 3720-4605 - Fixo / PMI
Celular: (27) 99705-0575
E-mails:
licitacao@itarana.es.gov.br
cplitarana@gmail.com




Impugnação 2 – Pregão Eletrônico N° 001/2026-PMI



De <licitacao@itarana.es.gov.br>

Para Comissão de Planejamento das Contratações <cpc@itarana.es.gov.br>

Data 09/02/2026 15:21

 IMPUGNAÇÃO - INMETRO PREÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA - PE 001.2026-... (~1,6 MB)

Boa tarde!

Informo que foi recebido pedido de Impugnação ao Edital, pela empresa **M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIREL - CNPJ: 31.499.939/0001-76**.

Por se tratar de ordem técnica encaminho este e-mail para conhecimento, análise e subsídios formais aos responsáveis pela elaboração dos documentos iniciais de planejamento, para a devida decisão e resposta para a empresa.

Solicito retorno até o expediente do dia **10/02/2026 as 15h00min.**

No silêncio, o mesmo será suspenso dia **10/02/2025 as 15h15min.**

IMPUGNAÇÃO 2

IMPUGNAÇÃO - INMETRO PREÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA - PE 001.2026

IMPUGNAÇÃO EM ANEXO

Atenciosamente,

MARCELO RIGO MAGNAGO
Pregoeiro e Agente Contratação
Prefeitura Municipal de Itarana/ES
Contatos: (27) 3720-4605 - Fixo / PMI
Celular: (27) 99705-0575
E-mails:
licitacao@itarana.es.gov.br
cplitarana@gmail.com